



AMB propõe lei de quarentena política para juízes

A magistratura brasileira está dando provas de que não aceita a atuação político-partidária dos presidentes de tribunais. Os alvos principais são Nelson Jobim e Edson Vidigal, titulares, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros anunciou que vai apresentar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional que impede integrantes do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas de serem candidatos nas eleições imediatamente após deixarem os cargos.

A proposta é uma resposta às pretensões políticas de Jobim e Vidigal já para as próximas eleições. Vidigal, que deixa a presidência em abril, garante que pretende continuar como ministro, apesar dos comentários sobre a sua intenção de disputar o governo do Maranhão.

Já Jobim evita falar sobre as especulações, mas o seu nome é comentado como vice em uma possível candidatura do presidente Lula à reeleição. Recentemente, um grupo de 60 juízes e desembargadores gaúchos defendeu que o presidente do Supremo afaste a possibilidade de se candidatar à Presidência da República ou renuncie à condição de ministro do Supremo.

Segundo o presidente da AMB, Rodrigo Collaço, o objetivo da proposta é garantir a independência político-partidária daqueles que têm como função a fiscalização dos demais poderes. Mesmo que a alteração seja aprovada este ano, não há mais prazo para que a emenda seja válida para as próximas eleições, quando serão escolhidos o presidente, governadores, deputados estaduais e federais e senadores.

Isso porque a legislação prevê que as alterações devem ser aprovadas um ano antes do pleito seguinte. O Congresso, no entanto, discute a possibilidade de fazer uma reforma política que já seja aplicada no ano que vem com restrições a gastos de campanha, mudanças na cláusula de barreira e que prevê o fim da verticalização.

Date Created

05/10/2005